

# O Livro Branco de Defesa Nacional: uma abordagem de geopolítica clássica

Caio Cursini\*

## Introdução

Neste artigo buscamos analisar o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), previsto em 2010 e consolidado como documento em 2012, durante o governo Rousseff (2011-2016). A análise aqui não se concentrou na avaliação da eficácia ou aplicabilidade do documento, mas em um levantamento sobre a influência da geopolítica clássica no teor do LBDN.

O intuito dessa discussão é extrair elementos que nos permitam extrapolar o documento enquanto um registro técnico do Estado e do Ministério da Defesa para localizarmos possíveis liames com a geopolítica clássica. Parece-nos que esta discussão é importante para um reavivamento da geopolítica enquanto um campo do conhecimento importante para compreender os delineamentos do Estado.

Para a presente análise utilizamos bibliografias dos principais teóricos das relações internacionais, como Morgenthau (2003), Wight (2002), Aron (2002), entre outros nomes. Também utilizamos obras de estudiosos e estudiosas da geopolítica brasileira como *Therezinha de Castro*, *Mário Travassos* e *Golbery do Couto e Silva*. Naturalmente, também foi utilizado a versão digital do Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012).

De modo geral, realizamos uma descrição das partes mais relevantes do documento em questão de acordo com as suas semelhanças com os escritos da geopolítica brasileira, tentando não perder de vista que a perspectiva territorial presente no LBDN se aproxima de uma ótica estática e, até mesmo esvaziada da realidade social do território. Em relação a isso, ainda que uma crítica explícita não tenha sido o foco desse artigo esforçamo-nos em encontrar os liames que talvez nos

---

\* Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro/Uberaba (2015). Período de Graduação Sanduíche pela Universidade de Tor Vergata/Roma (2014-2015). Mestrado em geografia pela Universidade de Brasília (2018). Atualmente, Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (2018-2022).  
E-mail: caio\_cursini@hotmail.com

permitam esclarecer a institucionalização de um território inane ao interior do documento.

Esclarecemos que a análise foi feita seguindo os capítulos do documento, isto é, dividimos os tópicos desse artigo segundo cinco capítulos do LBDN, sendo que deixamos de realizar uma discussão acerca do seu sexto capítulo já que neste estão contidos somente dados orçamentários que avaliamos como não pertinentes à proposta. Deste modo, este artigo está dividido em 6 tópicos, dos quais, um se refere a um breve histórico sobre o documento em questão e os outros cinco discorrem sobre os capítulos LBDN. Ressaltamos que estes últimos estão intitulados a fim de remeter aos nomes dos capítulos do LBDN juntamente com o foco da nossa análise.

## Um breve histórico do Livro Branco de Defesa Nacional

O Livro Branco de Defesa Nacional foi concebido nos seus termos legais em 2010 a partir da Lei Complementar nº 136 (BRASIL, 2010) a qual instituía as principais diretrizes para a construção do documento que teria como sigla “LBDN”. Na Lei em questão já se previa a constituição de um documento que abordasse um total de oito pontos, dos quais: a) cenário estratégico para o século XXI; b) II - política nacional de defesa; c) III - estratégia nacional de defesa; d) IV - modernização das Forças Armadas; e) V - racionalização e adaptação das estruturas de defesa; f) VI - suporte econômico da defesa nacional; g) VII - as Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica; h) VIII - operações de paz e ajuda humanitária.

O documento contendo os pontos previstos na Lei foi lançado no ano de 2012 em conjunto ao documento “Política de Defesa Nacional” (PDN) e a “Estratégia Nacional de Defesa” (END). Enquanto o PDN busca fixar os objetivos da política de defesa, o END é apresentado com o objetivo de esclarecer como fazer e quais os percursos para atingir os objetivos de defesa. Estes dois documentos são complementares<sup>1</sup>.

Já o LBDN é um documento que também obedece a Lei complementar nº 136, porém apresentado de modo diverso dos dois anteriores. Este documento de cerca de 250 páginas estabelece de modo geral a visão brasileira acerca do cenário externo, as linhas de ações, a transparência e a apresentação do setor de defesa do Estado brasileiro para o público. O LBDN expõe uma série de posições da política brasileira de defesa e da própria política externa em relação a tratados e organizações mundiais.

---

<sup>1</sup> Disponíveis em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf).

De modo geral, ainda que seja um documento institucional do Estado brasileiro, o documento pode ser considerado um marco no âmbito da defesa do país.

Evidentemente que o LBDN traz um viés institucional que, por vezes pode ser aproximado a um proselitismo nacional ou disposto de forma nebulosa acerca de ações do Estado brasileiro no âmbito internacional, no entanto, não deixa de ser uma exposição de diretrizes do Estado sobre assuntos que estão na ordem do dia da política brasileira.

O documento foi dividido em 6 capítulos, buscaremos realizar uma breve apresentação dos principais pontos que, para nós, se colocam como liames entre o LBDN e a geopolítica clássica brasileira. Esclarecendo que esta corrente do pensamento geopolítica, de acordo com Becker (2012, p. 147),

está apoiada nos princípios do paradigma do realismo político, [...] reforça a tradição político-geográfica dos estudos focados no Estado. Mais do que isso, de fato, os estudos geopolíticos clássicos reconhecem o Estado como o único protagonista das relações internacionais, depreendo-se desse reconhecimento à ideia de que o Estado é a única fonte de poder.

Para nós o documento em questão apresenta uma série de direcionamentos que se assemelham com a teoria presente em autores como *Golbery do Couto e Silva*, *Meira Mattos*, *Therezinha de Castro*, *Mario Travassos*, entre outros geopolíticos brasileiros que comungavam de uma perspectiva, ora mais, ora menos realista do cenário internacional, mas comumente de uma visão do Estado fundada no poder e na capacidade ou mesmo “missão” desenvolvimentista e expansionista do Estado brasileiro.

## **O Estado brasileiro e a Defesa Nacional: a descrição geográfica e a projeção continental**

Nesse capítulo, enfatiza-se a descrição do território brasileiro, apontando para as dimensões territoriais e populacionais, a parte descritiva parece-nos significativamente relevante, pois vincula a ideia de “grandeza” do Estado brasileiro à necessidade de defesa nacional, há de imediato ênfase na diversidade ambiental e energética do país e a partir disso, afirma-se que

esse patrimônio exige defesa. O Brasil se considera e é visto internacionalmente como um país amante da paz, mas não pode prescindir da

capacidade militar de dissuasão e do preparo para defesa contra ameaças externas (BRASIL, 2012, p. 11).

Seguindo uma linha descritiva, esse capítulo aponta para uma espécie de apelo nacionalista, vinculando o território ao sentimento de nação, “o território nacional representa mais do que a vasta extensão de terra em que o estado exerce seu poder. Entranham-se no território profundas raízes afetivas e sentimentos de pertencimento” (BRASIL, 2012, p. 13).

É interessante a perspectiva relacional entre o território e seu povo, na medida em que o território aos moldes descritivos da geografia, muito presente inclusive nas escolas internacionalistas, com Aron (2002) e Morgenthau (2003)<sup>2</sup> é associado de maneira quase orgânica (raízes afetivas) com o povo brasileiro.

Ainda que de maneira sutil, o primeiro capítulo do LBDN lança mão de um procedimento descritivo da geografia do país, utilizando mapas e gráficos populacionais para apresentar as principais características do Estado Brasileiro. Também não seria exagero apontar que o documento, ao menos no seu início, se utiliza de concepções que se aproximam das definições organicistas de Ratzel (1897).

A ideia de Estado no documento está bem assentada na concepção de povo, território e Estado, assemelhando-se, inclusive, à perspectiva de Hobsbawm (1991). Essa aproximação do Estado associado a um território estático faz parte de uma perspectiva clássica da geopolítica localizada nas conhecidas obras de Silva (1981a; 1981b), em que o território é apresentado como uma das substâncias essenciais do Estado, na medida em que

a geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação política, quando não, por iniciativa a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição (SILVA, 1981, p. 64).

Outro trecho interessante do LBDN pode ser extraído dos 11 objetivos vinculados à defesa nacional, dentre os quais, “defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior” e, em seguida, “intensificar a

---

<sup>2</sup> É relevante a leitura que esses dois internacionalistas fazem da geografia e do próprio território, em linhas gerais, tanto a geografia como o território são frequentemente confundidos nessas duas obras, ainda que Aron (2002) faça menção a construção do meio geográfico a partir da ocupação humana, o território assume uma definição quase estática e posicional.

projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais” (BRASIL, 2012, p. 24).

Esse primeiro objetivo chama a atenção, pois menciona os “interesses nacionais”, de maneira próxima a que faz alusão a Aron (2002) ou mesmo Wight (2002). O interesse nacional para esses teóricos internacionalistas não pode ser corretamente definido, de modo que é, frequentemente, utilizado para justificar linhas decisórias da política externa. Isso significa, aproximadamente, que o interesse nacional é uma construção não muito clara tanto sobre o conceito nação, como sobre a concepção de necessidade da população. Nincic (1999) realiza um interessante levantamento sobre esse debate, assim como Contrera (2015), apontando a dificuldade analítica em relação ao chamado “interesse nacional” e identificando as contrariedades em relação ao conceito.

A aparição do termo é sutil se considerarmos a extensão do documento, no entanto, é no mínimo curioso como termos utilizados na geopolítica, relações internacionais e também em outros campos do conhecimento político se repetem nos documentos institucionais do Estado, reproduzindo, inclusive, suas definições. Isto é, o debate desses conceitos extrapola a esfera teórica e se estabelece no próprio aparato burocrático do Estado.

O outro objetivo é bastante relevante no que tange a relação entre o documento e suas influências teóricas geopolíticas. A utilização de uma “projeção brasileira” pressupõe a projeção do poder brasileiro e o que facilmente nos remete à obra *Projeção continental do Brasil* (1935) de Mário Travassos. Esse geopolítico brasileiro pode ser considerado um dos inauguradores da geopolítica brasileira, como destaca Miyamoto (1981; 1995) e Vlach (2003), ainda que obras anteriores a esta tenham sido publicadas com Backheuser (1926) ou mesmo Carvalho (1921).

Para Miyamoto (1981, p. 64) “Travassos inegavelmente constitui um divisor de águas nos estudos sobre a geopolítica nacional”. Isso porque o autor realizou uma análise dos fatores que compunham o território sul-americano e identificou os eixos que representariam o controle ou, pelo menos, a preponderância de um Estado sobre o outro na América do Sul. A projeção de poder de Travassos (1935) estava fundada no controle de porções geográficas da placa continental sul-americana.

Desse modo, é possível que a ideia de projeção do Brasil na esfera internacional seja resultado da concepção geopolítica de Travassos (1935), influenciando na construção da política de defesa do país. Esse indício torna-se ainda mais relevante, na medida

em que o poder do Estado se torna um elemento emanado da capacidade de organização do território e da disposição das forças armadas.

## O ambiente estratégico do século XXI: universalismo e o entorno marítimo brasileiro

O Capítulo 2 do documento como o próprio nome diz, trata-se de uma abordagem sobre a inserção brasileira no cenário internacional no século XXI. Alguns pontos sensíveis são apresentados como: o multilateralismo, a integração regional, o Atlântico Sul, o pré-sal e a questão ambiental. O capítulo aborda uma série de iniciativas e participações brasileiras no cenário internacional como a implementação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)<sup>3</sup>, o grupo BRICS<sup>4</sup>, o fórum IBAS<sup>5</sup> e o grupo BASIC<sup>6</sup>. Há nesse trecho do documento uma ênfase nas medidas multipolares da política externa brasileira e uma postura universalista para a resolução das divergências internacionais<sup>7</sup>. Nesse sentido é expresso que, “o Brasil trabalha para que os fóruns de concertação multilaterais, em especial os que integram as Nações Unidas, se tornem mais representativos da realidade mundial do século XXI” (BRASIL, 2012, p. 31).

O LBDN explicita o direcionamento da política externa e de defesa brasileira em favor das resoluções multilaterais, principalmente, as favoráveis aos países em desenvolvimento, o que leva a um aspecto importante, de modo que a busca brasileira pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas é expressada da seguinte forma,

no que tange ao Conselho de Segurança da ONU, não são observados avanços significativos que reflitam uma tendência ao fortalecimento do multilateralismo, da mesma forma como já são observados em outras esferas, como a econômica e a financeira (BRASIL, 2012, p. 31).

---

<sup>3</sup> Fundada sob ideais integracionistas da América do Sul, a UNASUL foi estabelecida no ano de 2008, composta pelos 12 países da América do Sul.

<sup>4</sup> BRICS é a sigla designada à plataforma internacional constituída por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (*South Africa*). Foi oficialmente fundado em 2009.

<sup>5</sup> O IBAS refere-se a sigla de Índia, Brasil e África do Sul. Fundado em 2003, o IBAS reflete os ideais universalistas e uma plataforma de política externa direcionada às relações Sul-Sul.

<sup>6</sup> O BASIC é um bloco de países constituídos por Brasil, África do Sul, Índia e China direcionado, principalmente para as discussões de caráter ambiental.

<sup>7</sup> Seguindo as definições de Cervo (2008) o universalismo brasileiro estaria concentrado na adoção de relações exteriores mais diversificadas, rompendo com a lógica de alinhamento aos países da Europa Ocidental e os Estados Unidos.

O trecho exprime a disputa, de décadas, para a reforma dos assentos permanentes do Conselho de Segurança da ONU. O multilateralismo não só esbarra como também é exaltado como uma forma institucionalizada ao interior do conteúdo do LBDN.

Outro item de relevo no teor do documento é o destaque que a governança regional da América do Sul recebe. A integração do continente é disposta como um objetivo estratégico da política externa brasileira, destacando -se que,

A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região em que se situa. A estabilidade regional é, pois, objetivo nacional. O Brasil considera desejável que prevaleçam o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países sul-americanos (BRASIL, 2012, p. 34).

A partir disso, constrói-se um discurso acerca da necessidade de se estabelecer termos de igualdade e de defesa entre os países do continente. É importante destacar que a integração sul-americana tem sido o mote da política externa brasileira pelo menos desde o governo Vargas (1930-1945) e este parece ser um ponto bastante caro ao longo do LBDN, no qual é exaltado, inclusive, as semelhanças históricas entre os países do continente.

Como exalta Costa (2009), o quadro de integração entre os países sul-americanos, apesar de muito divulgado, esconde rivalidades entre os Estados e, principalmente, a disparidade econômica, refletindo num cenário de grandes assimetrias entre os países. Isso, nos permite observar que o LBDN omite as dificuldades para a consecução da integração regional, além de relativizar a formação histórica do território desses países.

Outro ponto importante do documento é a abordagem do Atlântico Sul, uma vez que é destacado que,

país com maior costa atlântica do mundo, o Brasil tem, por todas as razões citadas, especial interesse na paz e segurança do Atlântico Sul. Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes como a “Garganta Atlântica”, entre a costa do nordeste brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial. As passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico, constituem uma via alternativa ao canal do Panamá, principalmente para os navios de grande porte (BRASIL, 2012, p. 35).

O trecho de certo modo surpreende nas constatações que se assemelham àquelas encontradas na obra de Silva (1981a), de modo que a posição do território brasileiro delegaria ao Estado a quase “obrigação” da defesa do Atlântico Sul.

O Brasil, pelo prestígio de que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e pela sua inigualável posição geopolítica ao largo do Atlântico Sul, ocupa situação de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades de defesa do Ocidente (SILVA, 1981a, p. 246).

O espaço marítimo é essencialmente importante no documento. Questões como o pré-sal, o espaço Antártico e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul são exaltadas, de modo que fica evidente a vinculação do mar territorial ao território propriamente dito.

Aproximando-nos de Castro (1999) notaremos que o Atlântico Sul sempre foi um ponto chave para a geopolítica brasileira, configurando-se como uma área atrelada ao aumento do poder do país. Assim, “o Brasil é o país que mais necessita de um grande e poderoso desenvolvimento marítimo e correspondente influência transatlântica, para base de sua expansão econômica” (CASTRO, 1999, p. 109).

Na questão antártica, busca-se no documento indicar o Brasil como um possível responsável e futuro detentor de direitos sobre o continente. Ao vincular as correntes marinhas e parte do clima brasileiro às influências antárticas, o LBDN é direcionado para uma ideia de que os “interesses brasileiros” tocam a presença do país na Antártica. Desse modo, essa visão se assemelha mais uma vez aos escritos de Castro (1999) que já pontuava que a “convergência antártica forma uma das zonas limítrofes fundamentais dos três grandes oceanos” (p. 362).

O capítulo é concluído com o apontamento da importância do estreitamento das relações com os países africanos, demonstrando mais uma vez o caráter universalista da política externa brasileira. Ainda que não seja evidente a influência de pensadores e pensadoras geopolíticos no teor desse capítulo, é marcante que os direcionamentos encontrados nesse trecho do documento se assemelhem às obras citadas. O controle do Atlântico Sul, a política de integração sul-americana, a expansão da soberania brasileira em direção a Antártida, entre os outros temas citados são pontos comuns entre os geopolíticos brasileiros.

## A defesa e o Instrumento Militar: uma aproximação à *la Golbery?*

Em linhas gerais o capítulo 3 do LBDN busca dar transparência à estrutura das três armadas do país, de modo que é exposto um quadro geral sobre a participação da marinha, aeronáutica e o exército em missões com outros Estados, assim como é apresentado, por meio de mapas, a disposição das bases dessas forças por todo o território nacional.

É também apresentado a estrutura organizacional dessas forças, seus respectivos equipamentos, a tabela sobre a formação acadêmica referente ao exército, marinha e aeronáutica. Apesar deste capítulo enfatizar o detalhamento das três forças através da descrição, é possível extrair alguns aspectos interessantes.

Logo ao início do capítulo é indicado que “o território é a base física da Nação, delimitado pelas fronteiras, pelas águas e pelo espaço aéreo sob jurisdição brasileira. As dimensões do Brasil são continentais” (BRASIL, 2012, p. 53). Essa constatação é importante, pois nos indica que a base em que o território é tratado é estritamente militar e jurídica. Isso significa, evidentemente, que quaisquer outras dimensões do território são descartadas.

Em seguida, partindo do âmbito posicional e rígido do território brasileiro é observado mais uma vez o objetivo de aumentar a projeção do país no contexto mundial. Para tal finalidade são definidos os motes da política externa brasileira, que em resumo seriam: a) intensificar a participação brasileira em ações multilaterais, incluindo as missões humanitárias; b) colaborar com as missões do Conselho de Segurança da ONU; c) reforçar o laço com outros Estados em desenvolvimento, através, inclusive da colaboração militar<sup>8</sup>.

É relevante que a projeção brasileira não se apresenta apoiada diretamente no território do país, pois, apesar de o documento enfatizar as dimensões continentais brasileiras, os passos para se expandir o poder nacional estariam ligados às ações diplomáticas brasileiras. É importante notarmos que o procedimento de definir o território como um elemento estático para em seguida delimitar as ações do Estado é algo frequente na geopolítica do país.

Golbery do Couto e Silva em sua obra *Planejamento Estratégico* nos dá dimensão do território que teoricamente é apresentado no LBDN. Silva (1981b) enfatiza o poder geográfico antes de definir categorias como “o poder nacional” ou os objetivos permanentes do Estado. Desse modo, destaca que “o controle de certas

---

<sup>8</sup> Esses direcionamentos também foram retirados do LBDN.

áreas implica na obrigação de defesa e isto depende do controle de outras áreas” (Silva, 1981b, p. 204), apontando, portanto, que o território impõe obrigações de defesas sobre áreas consideradas estratégicas do Estado.

É possível que a obra de Silva (1981b) tenha servido, ainda que nas entrelinhas, à estruturação do planejamento de defesa nacional, isso porque o geopolítico era um importante ator da própria Escola Superior de Guerra e figura importante na própria condução da política externa brasileira durante a ditadura militar (1964-1985).

Em suma, o capítulo segue o ideário geopolítico clássico em que há a identificação do território nacional e a exposição de algumas das suas circunstâncias posicionais, prevendo, em consequência disso, metas para a defesa do país, assim como possíveis estratégias para se assumir uma posição de maior projeção do país no cenário internacional.

## **Defesa e Sociedade: tecnologia e a construção de um discurso de Brasil Potência**

Na medida em que avançamos ao longo do documento notamos que é enfatizada a relação entre a defesa e o avanço tecnológico. É nesse sentido que são detalhados os projetos e o direcionamento das ações do Ministério da Defesa em modernizar as forças armadas. Isso porque

a acelerada evolução tecnológica e social tem produzido transformações substanciais nos padrões tradicionais de relacionamentos políticos e humanos, afetando significativamente tanto as relações internacionais quanto as qualificações de segurança do estado brasileiro e de seu sistema de defesa (BRASIL, 2012, p. 167).

Disso, ao interior do LBDN, parte uma série de previsões que apontam para o dever da criação de um laço entre a acadêmica, os setores industriais e o Ministério da Defesa, criando, ao entorno do desenvolvimento tecnológico e informacional, um pilar da Defesa Nacional. O setor industrial é apontado como uma esfera estratégica ao interior do exército brasileiro, no sentido em que se principia na indústria a criação de equipamentos, infraestrutura e inovações técnicas que permitem a adequação das forças armadas em relação às demais forças no mundo.

Tomando Mattos (1977; 2002) como um geopolítico o qual se debruçou no debate da tecnologia como um elemento importante do poder nacional, uma vez que “não se exerce o poder nacional de uma nação das dimensões do Brasil sem a

completa articulação e a integração dos sistemas de decisão, de informação e da administração” (MATTOS, 1977, p. 50), notamos que para o autor a noção de grandeza territorial está ligada a um “destino manifesto” para o Brasil. E, assim, o geopolítico pontua que “o desenvolvimento, poder e segurança são intimamente ligados a essa conexão, que, uma vez projetada além da esfera continental para uma dimensão mundial proporcionará o destino nacional do Brasil a obtenção do status de grande potência” (MATTOS, 2002, p. 132).

Evidentemente não encontramos as citações de Meira Mattos ao interior do LBDN, mas é interessante visualizarmos a permanência desta concepção de grandeza atrelada às dimensões territoriais e a própria posição brasileira no continente sul-americano. A ênfase numa construção do exército brasileiro associado à sociedade civil se mostra a tônica desse capítulo, há inúmeras passagens em que a produção tecnológica e industrial brasileira assumem o caráter da própria defesa nacional.

Assim se constata, por exemplo, que “atualmente, grande parte da pauta de exportações brasileira é baseada em produtos com baixa tecnologia e, por conseguinte, com baixo valor agregado” (BRASIL, 2012, p. 187). Ainda que essa informação não cause surpresa a um leitor bem informado, o destaque desse fato num documento que trata da defesa do país merece atenção.

Se tomarmos o setor industrial brasileiro e o papel que a ele seria delegado como baluarte do desenvolvimento tecnológico, em associação com os institutos de pesquisa e universidades, perceberemos uma visão nacionalista. Mesmo que o documento date de quase uma década atrás, é necessário destacar omissões em relação à defasagem do setor industrial brasileiro em relação aos outros países do mundo, como aponta Cano (2012). Isso pode significar que o LBDN, embebido de uma visão nacionalista derivada da geopolítica clássica pode ter incorrido numa visão de Brasil Potência, que como já apontava Cavagnari (1987) há décadas atrás, era fruto de premissas insustentáveis e de um determinismo territorial falacioso.

É inegável o apego a uma ideia de “grandeza brasileira” que apesar de se sustentar frente as características físicas do território do país (as dimensões territoriais, a grande diversidade de biomas e recursos naturais, o extenso litoral, etc), não se concretiza nas condições econômicas e sociais brasileiras. Deste modo, o LBDN omite gargalos importantes da formação socioeconômica do país para assumir um discurso tangente à geopolítica clássica.

Naturalmente, apresenta-se, no documento, a atualização do papel do Ministério da Defesa e do exército brasileiro, de modo que, diferentemente da

geopolítica clássica, o LBDN preocupa-se em pontuar outras atividades do exército que não somente a defesa do território nacional e os seus recursos. Aponta-se, por exemplo, projetos com intuito, a princípio, de “desenvolvimento” do território nacional, fortalecimento das relações entre Ministério da Defesa e academia e incorporação das missões humanitárias na agenda de defesa do país. Assim, o Calha Norte, o projeto Rondon, entre outros são apresentados em números, expondo-se os seus objetivos enquanto iniciativas de associação da esfera militar à civil.

Esse capítulo, ao nosso ver, é pilar importante do LBDN, pois ali são expostos a visão governamental em relação a força militar do país, que ainda que com ressalvas, não deixa de inserir a noção de Estado Potência, tão cara aos geopolíticos brasileiros.

## A Transformação da Defesa

Em continuidade ao capítulo 4, o LBDN apresenta um trecho no qual se busca delimitar as necessidades para a transformação do exército. Assim, são apresentados aqui os passos deste processo de mudança: a) Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED); b) Modernização da gestão; c) Reorganização da Base Industrial de Defesa. Esses três direcionamentos são estabelecidos, como o próprio documento prevê, com o intuito de estabelecer a readequação do exército brasileiro e o crescimento econômico do país.

O PAED possui recaimentos nas três armadas do país, de modo que expõe características importantes no que toca a marinha brasileira. No documento se constata que, “a marinha, com o propósito de aumentar o Poder Naval, atendendo às orientações da estratégia Nacional de defesa, elegeu seus projetos estratégicos prioritários” (BRASIL, 2012, p. 192).

Da marinha brasileira podemos extrair aspectos importantes se visualizarmos os passos previstos pelo PAED. Dois aspectos chamam a atenção, o Programa Nuclear da Marinha e a construção do núcleo do poder Naval. Outras etapas também são previstas para a expansão do poder naval brasileiro, como o aumento dos efetivos da marinha, o monitoramento da Amazônia Azul, a recuperação da capacidade operacional, expansão dos sistemas de segurança naval e a instalação de uma esquadra na região Norte/Nordeste.

O que destacamos no programa nuclear da marinha é a observação de que esse é um aspecto indispensável para a manutenção do poder marítimo brasileiro, principalmente por se ter no horizonte a relevância do litoral do país para o desenvolvimento econômico e, por conseguinte, militar do Brasil. Aproximando-nos

das teorias marítimas de Castro (1999) poderemos construir um paralelo em que o desenvolvimento de submarinos nucleares no Brasil permitiriam ao país senão o domínio, a cristalização do poder brasileiro sobre uma área fundamental do Oceano Atlântico, isso porque “quem dominar a ameaçada rota do Cabo colocará as mãos na garganta do ocidente” (CASTRO, 1999, p. 302), termo inclusive citado no capítulo 2 desse documento<sup>9</sup>.

Parece evidente que a construção retórica do LBDN acerca tanto da Amazônia Azul, como do pré-sal estabelecem a necessidade de defesa do mar territorial. O estímulo ao desenvolvimento de tecnologia nuclear e a construção de um núcleo de poder naval parecem ser essenciais para a consecução dos objetivos de defesa do país, isto é, em termos geopolíticos clássicos, recursos marítimos da proporção daqueles brasileiros trazem por si só o imperativo de defesa.

Essa lógica se justifica a partir da concepção de que o incremento do poder das forças armadas elevaria o grau de autonomia internacional. O próprio documento prevê que no campo político, a reestruturação do exército tem como objetivo “o fortalecimento da capacidade do país de atuar autonomamente no campo internacional com redução das vulnerabilidades a pressões externas” (BRASIL, 2012, p. 210).

De certo modo essa perspectiva não destoia da definição geopolítica de Castro (1999, p. 386) em que “a geopolítica em seus princípios, meios e fins, foi e sempre será encarada em termos de aplicação integral na direção da consecução dos objetivos do Estado” ou da própria visão de Silva (1981a, p. 169) que diz que “qualquer geopolítica nacional deve visar, em essência, à sobrevivência do Estado como identidade internacional dotada de um poder soberano, como organismo social em progresso de integração”.

Os indícios desse capítulo do LBDN, portanto, ressoam com a visão do poder militar como polo principal para a manutenção da soberania e do próprio engrandecimento da importância do Estado em plataformas internacionais. A ideia de soberania nacional, portanto, funda-se na associação do exército às bases de produção industrial, na ampliação da força dos três segmentos militares, enfatizando-se a marinha, e na estruturação do parque tecnológico brasileiro.

---

<sup>9</sup> Na página 35 do documento lê-se “esse oceano possui áreas estratégicas relevantes como a “garganta atlântica”.

## Considerações Finais

Ainda que a aproximação realizada tenha muito mais um caráter demonstrativo e experimental do que conclusivo, é possível notar ressonâncias importantes do conteúdo do LBDN em relação à geopolítica clássica brasileira. Notamos ao longo da análise que mesmo partindo de um conteúdo técnico é possível extrair alinhamentos geopolíticos, como a concepção do território como um elemento estático e posicional. Os direcionamentos geopolíticos se dão enquanto medidas para se alcançar o poder internacional e, assim como nos moldes de autores geopolíticos, o poder do Estado se enceta a partir da organização do território, do planejamento, da definição dos objetivos do Estado e da própria força armada.

Por ser um marco da política de defesa do país podemos observar que possivelmente a geopolítica clássica exaltada pelos teóricos que expusemos ao longo do capítulo fizeram parte da fundamentação do texto do LBDN que, ainda que não explicita os nomes ou cite tais autores carrega suas concepções nas entrelinhas. De modo geral o LBDN não deixa de comportar uma visão míope do ponto de vista territorial, restringindo-se sob a perspectiva mais superficial do conceito de território, ratifica-se, portanto, o viés do Estado como provedor do desenvolvimento e autoridade, negligenciando a complexidade da formação do território enquanto uma categoria social.

Enfatizamos, por fim, que, ainda que não tenha sido o objetivo estimar a eficácia das diretrizes previstas, o LBDN tem o mérito de esclarecer os direcionamentos do Ministério da Defesa, assim como dar transparência às ações desta pasta, mesmo incorrendo em omissões sobre o próprio território do país. Assim como a geopolítica clássica, o documento falha justamente em reconhecer o território não como um construto social, mas um elemento estático, compreendido apenas pela sua descrição e posição no globo terrestre.

## Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro.

## Referências

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

*Geopolítica e Integração Regional na América Latina*

O Livro Branco de Defesa Nacional: uma abordagem de geopolítica clássica

DOI: 10.23899/9786589284109.65

BACKHEUSER, Everardo. **Estrutura Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado, 1926.

BRASIL. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp136.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm)>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia social**. Campinas, v. 21, n. spe, p. 831-851, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182012000400006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CARVALHO, Elysio de. **O Factor Geographico na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Monitor Mercantil, 1921.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica: princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat Filho. Brasil: Introdução ao Estudo de uma Potência Média. In: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de (Org.). **Militares: Pensamento e Ação Política**, Campinas: Papirus, 1987.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CONTRERA, Flávio. O conceito de interesse nacional: debate teórico e metodológico nas relações internacionais. **Revista de Estudos Internacionais**. João Pessoa, v. 6, n. 2, 2015.

COSTA, Wanderley, Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins: Revista franco-brasileira de Geografia**. Paris/São Paulo, n. 7, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6107>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

HOBSBAWM, E. **Nações e Nacionalismo: desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Modernidade: geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MIYAMOTO, Shigenoli. **O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980)**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1981.

MIYAMOTO, Shigenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MORGENTHAU, Hans Joachim. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

NINCIC, Miroslav. The National Interest and its Interpretation. **The Review of Politics**, Cambridge, v. 61, n. 1, p. 29-55, 1999.

RATZEL, Friedrich. **Politische Geographie**. Munique/Leipzig: R. Oldenburg, 1897. Disponível em: <<https://archive.org/stream/politischegeogra00ratzuoft#page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

*Geopolítica e Integração Regional na América Latina*

O Livro Branco de Defesa Nacional: uma abordagem de geopolítica clássica

DOI: 10.23899/9786589284109.65

SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo e Geopolítico do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981a.

SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento Estratégico**. Brasília: Editora UnB, 1981b.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis**. Niterói, v. 4, n. 5, 2003. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/359>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.